

ÍNDICE

CAPÍTULO I – Introdução	1
1. Enquadramento geral	1
2. A importância do tema.....	4
3. A estrutura do trabalho	5
CAPÍTULO II – O conceito de estabelecimento estável	7
1. Noções prévias	7
2. O conceito previsto no MC OCDE e na legislação portuguesa.....	9
2.1. O estabelecimento estável “material”	12
2.2. O estabelecimento estável “pessoal”	18
3. O estabelecimento estável e o comércio electrónico (<i>e-commerce</i>)	22
4. O estabelecimento estável e as “prestações de serviços”	25
5. O estabelecimento estável como critério de conexão	29
6. Os estabelecimentos estáveis <i>versus</i> subsidiárias (filiais).....	36
CAPÍTULO III – As consequências tributárias decorrentes da existência de estabelecimentos estáveis	39
1. Enquadramento geral	39
2. A repartição do direito à tributação	42
3. As regras básicas para a repartição do poder tributário	45
4. O princípio da “força da atracção”	47
5. Outros rendimentos dos estabelecimentos estáveis	50
5.1. Os dividendos	50
5.2. Os juros.....	51
5.3. Os <i>royalties</i>	52
5.4. As outras espécies de rendimentos	53
6. Os Métodos para o cálculo dos lucros e determinação das despesas.....	54
6.1. O método directo na imputação de lucros	54
6.2. O método directo na imputação de despesas	55
6.3. A utilização excepcional do método indirecto na imputação das despesas	57

6.4. A continuidade e consistência na atribuição de lucros	58
7. As relações entre o estabelecimento estável português e a sociedade (matriz) residente estrangeiro	59
7.1. A retenção na fonte	66
7.2. A responsabilidade pelas dívidas.....	68
8. A dupla tributação internacional.....	70
8.1. Os métodos para a eliminação da dupla tributação do rendimento	71
8.2. Os métodos para a eliminação da dupla tributação e o Estabelecimento estável	74
8.3. O método para a eliminação da dupla tributação adoptado por Portugal	75
9. O princípio da não discriminação aos estabelecimentos estáveis no MC OCDE	76
10. O uso indevido do conceito de estabelecimento estável nas convenções.....	78
11. Sociedade portuguesa com estabelecimento estável no estrangeiro	81
11.1. A imputação do resultado do estabelecimento estável	83
11.2. O desfazamento entre as regras fiscais nos dois Estados.....	87
11.3. A derrama sobre o lucro tributável	90
11.4. O caso especial das “Tributações Autónomas”	92
11.5. A alienação do estabelecimento estável e o eventual reinvestimento	96
12. Sociedade não residente com estabelecimento estável em Portugal.....	97
12.1. O lucro tributável.....	98
12.2. Os encargos gerais de administração.....	99
CAPÍTULO IV – O Estabelecimento Estável no Direito da União Europeia	103
1. Enquadramento	103
2. As normas nacionais à luz do Direito da União Europeia	104
3. O princípio da não discriminação e a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia	108
CAPÍTULO V - Conclusões	115
BIBLIOGRAFIA	121